

GUARDIÕES INVISÍVEIS: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO ARQUIVÍSTICO NO CONTEXTO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO

INVISIBLE GUARDIANS: THE IMPORTANCE OF ARCHIVAL WORK IN THE EDUCATIONAL AND TECHNOLOGICAL CONTEXT

GUARDIANES INVISIBLES: LA IMPORTANCIA DEL TRABAJO ARCHIVÍSTICO EN EL CONTEXTO EDUCATIVO Y TECNOLÓGICO

Fernando Augusto Alves da Silva

fernando.alves@ifmt.edu.br

Ângela Fátima da Rocha

angela.rocha@ifmt.edu.br

ABSTRACT: School archives are often seen as mere document repositories, neglected as sectors of lesser importance. However, archival practice goes beyond being a simple source of research or document storage. Their collections can reflect not only historical value, but above all the organizational culture of the institution itself, highlighting the centrality of document management and memory preservation in the context of Professional and Technological Education (PTE). The objective is to analyze the apparent invisibility of archival work in the context of PTE, problematizing the contradictions between its importance for institutional management and its recurring devaluation. This work is based on bibliographic research that investigates the epistemological currents in the field of archival science, with a focus on the work of professionals who deal with document management in the school environment, seeking to highlight that document management is a strategic element for the preservation of institutional memory, for access to information, and for administrative efficiency, while revealing the persistence of processes that render archival work invisible within educational institutions. In this sense, archival science is understood as a constantly evolving field of knowledge, intersecting with different areas, from which the perceptions of a category of workers who are sometimes seen as protagonists and sometimes read as invisible in the process are analyzed. It is concluded that the recognition of archival work requires institutional policies for document management and professional valorization, especially in the context of EFA.

KEYWORDS: document management; archival work; professional invisibility; EFA.

RESUMO: Os arquivos escolares são vistos, muitas vezes, como meros depósitos de documentos, negligenciados como setores de menor importância. No entanto, a prática arquivística transborda para além de simples fonte de pesquisa ou guarda documental. Seu acervo pode refletir não apenas valor histórico, mas sobretudo a própria cultura organizacional da instituição, evidenciando a centralidade da gestão documental e da preservação da memória no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo é analisar a aparente invisibilidade do trabalho arquivístico no contexto da EPT, problematizando as contradições entre sua importância para a gestão institucional e sua recorrente desvalorização. Este trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica, que investiga as correntes epistemológicas da área arquivística, com recorte voltado para o trabalho dos profissionais que lidam com a gestão documental no ambiente escolar, buscando evidenciar que a gestão documental é um elemento estratégico para a preservação da memória institucional, para o acesso à informação e para a eficiência administrativa, ao mesmo tempo que revela a permanência de processos de invisibilização do trabalho arquivístico no interior das instituições educacionais. Nesse sentido, a Arquivística é compreendida como campo do conhecimento em constante evolução, atravessado por diferentes áreas, a partir do qual se analisam as percepções lançadas para uma categoria de trabalhadores que ora são vistos como protagonistas, ora lidos como invisíveis do processo. Conclui-se que o reconhecimento do trabalho arquivístico demanda políticas institucionais de gestão documental e valorização profissional, especialmente no âmbito da EPT.

PALAVRAS-CHAVE: gestão documental; trabalho arquivístico; invisibilidade profissional; EPT.

RESUMEN: Los archivos escolares suelen considerarse meros depósitos de documentos, descuidados como sectores de menor importancia. Sin embargo, la práctica archivística va más allá de ser una simple fuente de investigación o custodia documental. Su colección puede reflejar no solo el valor histórico, sino sobre todo la propia cultura organizativa de la institución, poniendo de manifiesto la importancia central de la gestión documental y la preservación de la memoria en el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT). El objetivo es analizar la aparente invisibilidad del trabajo archivístico en el contexto de la EPT, cuestionando las contradicciones entre su importancia para la gestión institucional y su recurrente desvalorización. Este trabajo parte de una investigación bibliográfica que investiga las corrientes epistemológicas del área archivística, con un enfoque centrado en el trabajo de los profesionales que se ocupan de la gestión documental en el entorno escolar, buscando evidenciar que la gestión documental es un elemento estratégico para la preservación de la memoria institucional, para el acceso a la información y para la eficiencia administrativa, al tiempo que revela la permanencia de procesos de invisibilización del trabajo archivístico en el interior de las instituciones educativas. En este sentido, la archivística se entiende como un campo del conocimiento en constante evolución, atravesado por diferentes áreas, a partir del cual se analizan las percepciones lanzadas hacia una categoría de trabajadores que ahora son vistos como protagonistas, ahora leídos como invisibles del proceso. Se concluye que el reconocimiento del trabajo archivístico exige políticas institucionales de gestión documental y valoración profesional, especialmente en el ámbito de la EPT.

PALABRAS CLAVE: gestión documental; trabajo archivístico; invisibilidad profesional; EPT.

INTRODUÇÃO

A gestão do acervo documental nas escolas é uma prática fundamental para a administração pública, pois as informações, além de arquivadas, precisam ser recuperadas com celeridade, seja na execução de tarefas administrativas, seja na proteção do direito de acesso à informação. Cabe ressaltar que as decisões que norteiam os objetivos organizacionais dependem das informações contidas nos documentos, que funcionam como elemento de apoio ou legitimidade. Pode-se afirmar que a Arquivística é essencial na gestão educacional, uma vez que gera impacto direto na eficiência administrativa, na segurança da informação e na preservação da memória institucional.

Nesse contexto, encontra-se a figura do arquivista, um profissional responsável pela gestão documental em suas múltiplas dimensões, tais como identificação, guarda, organização, atendimento ao usuário, protocolo, apoio à pesquisa, assessoria técnica e preservação de documentos, tanto na esfera pública quanto privada. O trabalho do arquivista pode garantir a ordem lógica (políticas institucionais, normas e padrões organizacionais) e a ordem física (armários, caixas, pastas e demais suportes).

Munidos de conhecimentos teóricos adquiridos nos estudos arquivísticos e de experiência prática no mundo do trabalho, esses profissionais aplicam seus saberes nas instituições em que atuam, viabilizando processos administrativos e garantindo, sobretudo, o direito de acesso à

informação. Apesar dessa relevância, observa-se que, no cotidiano da gestão escolar, o trabalho do arquivista tende a ser subvalorizado, especialmente em razão da fragilidade de políticas institucionais de gestão documental e da limitada compreensão acerca de sua centralidade para o funcionamento das instituições educacionais.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), particularmente nos Institutos Federais, é recorrente a compreensão do arquivo escolar como um setor de menor relevância, acionado prioritariamente em situações de demanda imediata por documentos. Esse cenário remete ao debate mais amplo sobre o conceito de trabalho e sobre os sentidos que lhe são atribuídos socialmente.

Frigotto (2009) demonstra que a categoria trabalho é uma construção histórica e socialmente disputada, marcada por relações de poder e por interesses de classe, o que contribui para a invisibilização de determinadas atividades consideradas secundárias. Para além dessa abordagem, estudos no campo da arquivística contemporânea e da gestão documental na era digital indicam que a ampliação dos suportes informacionais e a incorporação das tecnologias intensificam a complexidade do trabalho arquivístico (Vieira, 2014; Souza, 2019).

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo se manifesta a invisibilidade do trabalho arquivístico no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e quais contradições emergem entre sua centralidade para a gestão institucional e sua recorrente desvalorização?

Para tanto, este artigo tem como objetivo analisar a aparente invisibilidade do trabalho arquivístico no contexto da EPT, problematizando as contradições entre sua importância para a gestão institucional e sua recorrente desvalorização. Especificamente, buscou-se: discutir a categoria trabalho a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, relacionando-a à atividade arquivística; b) examinar como a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contribui para a invisibilização do trabalho do arquivista no setor público; c) analisar as contribuições da arquivística contemporânea para a compreensão da complexidade do trabalho arquivístico; d) identificar os desafios da gestão documental e da preservação da memória institucional na era digital, especialmente no âmbito da EPT, e) refletir sobre a necessidade de políticas institucionais de gestão documental e de valorização profissional.

A relevância do estudo reside na contribuição para o debate acerca da valorização do trabalho arquivístico, da consolidação de políticas institucionais de gestão documental e do fortalecimento da memória e do acesso à informação no âmbito da EPT. Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo são apresentados na seção seguinte.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórica e de caráter bibliográfico. A opção por esse delineamento decorre do objetivo de analisar criticamente a invisibilidade do trabalho arquivístico no contexto da EPT, a partir da articulação entre fundamentos do materialismo histórico-dialético e contribuições da arquivística contemporânea e dos estudos sobre gestão documental e memória.

O levantamento das fontes foi realizado em bases de dados acadêmicos, repositórios institucionais e periódicos científicos da área de Arquivística, Educação e Ciências Sociais, priorizando produções que abordam as seguintes categorias: trabalho, arquivística, gestão documental, memória e políticas de preservação da informação.

Como critérios de seleção das obras, adotaram-se: (a) pertinência temática em relação ao objeto de estudo; (b) reconhecimento acadêmico dos autores no campo; (c) contribuição teórica para a compreensão das relações entre trabalho, invisibilidade profissional e gestão documental e (d) articulação com o contexto da EPT.

O corpus teórico foi constituído, principalmente, por textos de Frigotto (2009), Murguía (2010), Le Goff (1990), Vieira (2014) e Souza (2019), cujas produções oferecem subsídios para a análise das categorias: trabalho, memória, arquivística contemporânea e preservação digital.

O procedimento de análise consistiu em leitura sistemática, interpretação e articulação crítica das obras selecionadas, buscando identificar convergências, tensões e contribuições teóricas relacionadas ao problema investigado. A análise foi orientada pelo método histórico-dialético, compreendendo o trabalho arquivístico como prática social inserida em relações históricas, políticas e econômicas, o que possibilitou problematizar sua posição no interior das instituições educacionais.

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO NO SETOR DE ARQUIVO

A invisibilidade do trabalho arquivístico não é um fenômeno isolado ou meramente administrativo, mas se insere em uma lógica social mais ampla de hierarquização das atividades laborais. Compreender esse processo exige situar o trabalho no interior das relações históricas e sociais que definem o que é reconhecido, valorizado ou marginalizado no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, Frigotto (2009) salienta que o sentido do trabalho é expresso pela linguagem e pelo pensamento, mas só pode ser compreendido de forma concreta em contextos históricos específicos e na práxis. Na sociedade capitalista, o trabalho tende a ser reduzido à sua dimensão de “emprego remunerado”, uma “quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento” (Frigotto, 2009). Essa redução ideológica sintetiza a ideia de que atividades, como o cuidado da casa e dos filhos, por exemplo, sejam consideradas “não trabalho” no senso comum.

Essa redução não se limita ao âmbito doméstico, mas alcança um conjunto de atividades sociais indispensáveis à reprodução da vida coletiva, especialmente aquelas vinculadas à produção, organização e circulação da informação. Nesse quadro, determinadas profissões passam a ocupar posições periféricas na hierarquia social do trabalho, ainda que sejam estruturantes para o funcionamento das instituições.

A invisibilidade dos profissionais de arquivo se insere nessa lógica de dominação de classe. Assim como o trabalho doméstico, a atividade arquivística é muitas vezes percebida como uma ocupação “menor” ou “secundária”, descolada dos processos centrais de produção de valor. Essa percepção se baseia na visão liberal e de senso comum de trabalho, que o define como uma relação entre os insumos e o resultado da produção ou como algo que “rende mais” e é “mais eficaz” (Frigotto, 2009).

Essa concepção restrita desconsidera que, nas sociedades contemporâneas, a informação é um elemento fundamental da produção material e simbólica, cuja condição redefine a própria natureza do trabalho. Castells (2016) demonstra que, na economia informacional, atividades relacionadas à produção, ao processamento e à gestão da informação assumem um papel estratégico, ainda que não se expressem diretamente sob a forma de mercadorias.

O trabalho do arquivista, voltado à organização, à preservação e ao acesso à informação, não é imediatamente reconhecido como produtor de mais-valia no sentido marxista, isto é, como aquele que produz valor para o capitalista e gera lucro. Em decorrência disso, a contribuição desse profissional tende a ser desvalorizada e invisibilizada.

Contudo, essa invisibilidade não decorre da irrelevância objetiva do trabalho arquivístico, mas da forma como o capitalismo hierarquiza as atividades segundo sua capacidade imediata de geração de lucro. Como observa Antunes (2018), o capital depende, de modo crescente, de um amplo conjunto de trabalhos considerados “improdutivos”, os quais asseguram a reprodução do sistema e das próprias relações sociais.

Nesse sentido, a atividade arquivística deve ser compreendida como trabalho socialmente necessário, na medida em que viabiliza a produção de conhecimento, o exercício de direitos, a transparência administrativa e a preservação da memória coletiva. Sua marginalização simbólica expressa, portanto, uma contradição estrutural entre sua centralidade funcional e sua posição subalterna na divisão social do trabalho.

TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO NO CONTEXTO DA ATIVIDADE ARQUIVÍSTICA

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em Marx, conforme abordado por Frigotto (2009), é crucial para essa discussão. Frigotto (2009) explica que, na perspectiva de Marx, trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, enquanto trabalho improdutivo se refere a atividades em serviços no campo da educação, da cultura e da saúde, bem como nas esferas do Estado. O autor chega a usar o exemplo do professor que, ao trabalhar em uma escola privada, realiza um trabalho produtivo, enquanto, na escola do Estado, realiza um trabalho improdutivo, apesar de ser explorado em ambos os casos (Frigotto, 2009).

Essa distinção, entretanto, não deve ser compreendida de forma rígida ou meramente classificatória, mas como uma categoria analítica, que permite apreender as contradições do capitalismo e suas formas de organização do trabalho. Conforme Harvey (2014), a expansão contemporânea do capital depende crescentemente de atividades que não produzem mercadorias diretamente, mas viabilizam a circulação, o controle e a reprodução ampliada do capital.

No campo arquivístico, essa distinção manifesta-se de modo particularmente complexo. O arquivista que atua em empresa privada e contribui para sua eficiência e competitividade pode ser interpretado como participante da geração de valor, aproximando-se, ainda que de forma mediada, da categoria de trabalho produtivo. Em contrapartida, o arquivista que exerce suas funções no serviço público, em arquivos de órgãos estatais, é usualmente enquadrado na categoria de trabalho improdutivo (Frigotto, 2009).

Sobre a questão, Antunes (2018) argumenta que a centralidade contemporânea dos serviços e do trabalho informacional impõe limites à compreensão clássica de produtividade, uma vez que tais atividades se tornaram indispensáveis à dinâmica do capital. Assim, mesmo classificadas como improdutivas sob o ponto de vista estrito da produção de mais-valia, essas formas de trabalho são estruturalmente necessárias à reprodução do sistema.

Contudo, independentemente do contexto, a essência de seu trabalho de organizar a memória e a informação é um “intercâmbio orgânico do ser humano com a natureza” e a “atividade que transforma a matéria natural” (Frigotto, 2009). No caso do arquivista, a “natureza” é a massa de informações e documentos, e sua “transformação” é a organização e a disponibilização que tornam a informação útil. Essa transformação não é apenas técnica, mas social, pois condiciona o acesso ao conhecimento, a transparência administrativa e o exercício de direitos, conforme sinalizam Cook (2013) e Silva e Flores (2020) no campo da arquivística e da preservação digital.

O problema central, para Frigotto (2009), não é a disputa semântica em si, mas, sim, o fato de que a falta de precisão semântica pode obscurecer a luta de classes. Ademais, a invisibilidade do trabalho arquivístico contribui para a opacidade da divisão e das relações entre as classes, tornando mais complexo o reconhecimento do perfil das classes sociais (Antunes, 2018). Nesse sentido, a permanência da classificação do trabalho arquivístico como atividade secundária reforça mecanismos históricos de subalternização de determinadas categorias profissionais, cujo aspecto demanda problematização crítica no âmbito da EPT.

O DESAFIO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

A invisibilidade do trabalho no setor de arquivo é um reflexo da ausência de consciência de classe por parte desses profissionais. Frigotto (2009) destaca que a experiência concreta de pertencer à classe trabalhadora não se traduz automaticamente em consciência de classe. Muitos que se encaixam na classe trabalhadora não se veem como tal e podem compreender trabalho e emprego como sinônimos (Frigotto, 2009). Para o autor, a batalha das ideias, portanto, é determinante para a luta contra-hegemônica à ideologia burguesa.

Essa formulação dialoga diretamente com a compreensão gramsciana de hegemonia, segundo a qual a dominação não se sustenta apenas pela coerção, mas, sobretudo, pela produção de consensos no campo cultural, político e educacional (Gramsci, 2001). Desse modo, a disputa em torno dos sentidos do trabalho e das profissões é uma dimensão fundamental da luta de classes. Isso porque o trabalho arquivístico, por lidar com a memória e a história, tem um potencial contra-hegemônico intrínseco.

Nesse sentido, Murguia (2010) já reforçava essa ideia, mostrando que a memória é um tema de reflexão epistemológica que foi desacreditado pela pedagogia modernista, mas que tem sido redimensionado na sociedade. Para o autor, arquivos, bibliotecas e museus devem ser posicionados como lugares de memória e devem ser considerados como instituições políticas, pois nelas sempre é exercido algum tipo de poder. Assim, diante dessa perspectiva, a memória deixa de ser compreendida como simples repositório do passado e passa a ser entendida como

campo de disputas simbólicas, no qual se definem quais narrativas serão preservadas, silenciadas ou legitimadas.

Em consequência, o trabalho de organizar e preservar documentos, que são vestígios do passado, pode ser visto como uma forma de luta contra o esquecimento, de modo que o documento, conforme sinalizado por Le Goff (1990), deixa de ser um material bruto e inocente para ser um monumento que reflete o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. Diante desse contexto, o trabalho do arquivista de organizar a memória e a informação possibilita que a sociedade acesse sua própria história e, com isso, aproprie-se do seu processo de fazer-se, cuja atividade, ao ser compreendida em sua dimensão histórico-dialética, torna-se um instrumento de luta e de conscientização (Frigotto, 2009). Assim, ao assumir esse papel, o arquivista aproxima-se da figura do intelectual orgânico, conforme concepção de Gramsci (2001), atuando na mediação entre conhecimento, cultura e prática social.

A partir dessa perspectiva, a luta contra-hegemônica no setor de arquivo implica disputar o sentido da ciência e da cultura, redefinindo o papel do arquivista não como um mero técnico, mas como um intelectual que ajuda a compreender e a explicar o mundo. Essa redefinição é particularmente relevante no contexto da EPT, uma vez que a formação crítica dos sujeitos pressupõe acesso qualificado à informação, à memória institucional e à história social.

ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA E A NOÇÃO DE DOCUMENTOS ESPECIAIS

A noção de documentos especiais surgiu para categorizar registros em novas linguagens e suportes, como audiovisual, iconográfico e sonoro. A disciplina Arquivística, por muito tempo, limitou-se ao tratamento de documentos textuais em suportes como pergaminho, papiro e papel. O *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, de 1898, considerado um marco da Arquivologia, incluía apenas documentos escritos, desenhos e materiais impressos como parte dos arquivos. No entanto, uma nota na edição brasileira de 1973 reconhece que, se o manual fosse escrito na época, incluiria reproduções fotográficas. Apenas nas décadas de 1960 e 1970 é que os arquivistas passaram a se interessar pela inclusão desses documentos não textuais nos fundos de arquivo (Vieira, 2014).

Conforme Duranti (1997), os documentos devem ser compreendidos como evidências de atividades, independentemente de seu suporte, o que desloca o foco da materialidade para as funções e os contextos de produção. Em complemento, Vieira (2014) destaca que a arquivologia contemporânea, impulsionada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tem promovido uma renovação epistemológica na área. Essa nova fase se diferencia da arquivologia “clássica”, que era baseada na prática empírica em arquivos estatais.

Nesse contexto, a Arquivística passa a ser concebida como campo científico orientado por princípios, métodos e teorias próprias, superando sua compreensão restrita como conjunto de técnicas. Silva, Ribeiro e Guimarães (2019) ressaltam que essa consolidação teórica amplia a capacidade da área de dialogar com outros campos do conhecimento, como a Ciência da Informação e a Educação. Essa concepção dialoga com o entendimento de Cook (2012), de que o novo paradigma da arquivística vai além da transição de documentos em papel para eletrônicos, tornando-se a passagem para uma arquivologia pós-custódia, que celebra o papel do arquivista

na formação ativa da memória coletiva. Essa perspectiva reforça ainda a importância do arquivista como sujeito que intervém nos processos de seleção, organização e representação da informação, assumindo responsabilidade social sobre os sentidos atribuídos à memória institucional e coletiva.

Nesse sentido, Vieira (2014) demonstra que a noção de documentos especiais ainda se manifesta na prática e na estrutura de instituições arquivísticas públicas no Brasil. A análise da organização institucional e dos fluxos de trabalho de instituições, como o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), revela uma divisão estrutural entre setores responsáveis pelo processamento técnico de documentos considerados tradicionais e especiais. Embora a separação física desses documentos seja frequentemente justificada por critérios de preservação e acondicionamento, essa prática pode comprometer o princípio da organicidade, entendido como a relação natural entre os documentos e a entidade que os produziu (Vieira, 2014).

Em diálogo com essa constatação, Cook (2012) problematiza a concepção tradicional de documento como objeto estático e defende a compreensão dos registros arquivísticos como construções sociais, dinâmicas e contextualizadas, cuja significação se produz nas relações entre produção, uso e preservação. Nessa perspectiva, a fragmentação de conjuntos documentais fragiliza a compreensão do documento como evidência de processos administrativos e sociais, comprometendo a manutenção de seus vínculos contextuais.

Silva e Silva (2016) reforçam que a socialização da informação e a participação ativa do arquivista nos procedimentos de gestão documental tornam-se pressupostos fundamentais para a consolidação teórica e social da Arquivística. Para os autores, a separação rígida entre tipologias documentais tende a reproduzir práticas custodiais que dificultam a integração dos documentos e limitam a efetividade da gestão e da disseminação da informação.

Dessa forma, a persistência de estruturas fragmentadas evidencia a necessidade de revisão das práticas institucionais, de modo a assegurar a preservação dos princípios arquivísticos, especialmente o respeito aos fundos e à organicidade, no contexto da gestão integrada de documentos em ambientes híbridos e digitais.

A GESTÃO DOCUMENTAL NA ERA DIGITAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Souza (2019) destaca a necessidade de adaptar a gestão documental à era digital, com o objetivo de preservar a história e a memória. Em sua pesquisa, realizada no Instituto Federal Baiano (IF Baiano), verificou-se que a criação indiscriminada de documentos e a falta de padronização e normatização são grandes desafios (Souza, 2019). Assim, o autor conclui a necessidade da criação de uma estrutura que integre e defina políticas arquivísticas para a preservação da informação de longo prazo, utilizando-se de sistemas em conformidade com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), como os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), e de ambientes de preservação de longo prazo, como os Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), conforme diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A preservação digital, de acordo com Souza (2019), não se concentra tão somente no documento físico, mas na garantia de que a informação digital permaneça acessível e autêntica no futuro, independentemente da plataforma tecnológica. Assim, o papel dos metadados é fundamental nesse processo, pois eles mapeiam as relações contextuais e estruturais do documento, garantindo sua fidedignidade e valor probatório (Souza, 2019).

Nesse sentido, Santos e Flores (2020) destacam que os metadados de preservação são elementos fundamentais para a manutenção da cadeia de custódia digital, pois permitem registrar os eventos de criação, alteração, migração e acesso aos objetos digitais, assegurando sua autenticidade, integridade e confiabilidade ao longo do tempo. Dessa forma, a transição para o ambiente digital não muda os princípios arquivísticos, mas exige uma nova forma de aplicá-los. A organicidade e o contexto, que antes eram garantidos pela disposição física dos documentos, agora são mantidos por meio de metadados e sistemas confiáveis.

Essa reconfiguração reforça o papel do arquivista como agente estratégico na gestão da informação digital, responsável por articular princípios arquivísticos, tecnologias e políticas institucionais, fazendo com que a invisibilidade do trabalho do arquivista, que antes se manifestava na desvalorização do seu papel na gestão de documentos físicos, ganhe uma nova roupagem na era digital. Isso porque essa invisibilidade tende a se intensificar quando a complexidade dos processos digitais é subestimada, reforçando a falsa ideia de que sistemas automatizados substituem o trabalho especializado.

Dessa forma, tem-se o desafio de assegurar que a gestão documental seja vista como um elemento estratégico e essencial para a administração pública e para a preservação da memória, superando a visão simplista de que as atividades de arquivo podem ser realizadas por qualquer pessoa, sem a devida formação técnica e profissional. Esse entendimento é uma condição necessária para enfrentar os desafios da preservação da memória institucional na era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a invisibilidade do trabalho arquivístico no contexto da EPT não decorre de sua irrelevância funcional, mas de um conjunto de determinações históricas, políticas e institucionais que hierarquizam as atividades laborais segundo sua capacidade imediata de geração de valor econômico.

Os resultados permitem afirmar que, embora o trabalho arquivístico seja fundamental para a gestão institucional, para a preservação da memória e para a garantia do acesso à informação, ele permanece frequentemente classificado como atividade-meio, cuja condição contribui para sua desvalorização simbólica e material.

Quanto à problemática da invisibilidade dos profissionais de arquivo na gestão escolar, traz à tona a lógica de dominação de classe. Assim como as atividades consideradas de cunho auxiliar ou secundárias, dissociadas do processo central de produção de valor, essa percepção se baseia em uma visão liberal e de senso comum do trabalho, que o define como uma relação entre entradas e saídas ou como um trabalho que produz mais e é mais eficiente. Com base nisso,

arquivistas organizam, preservam e acessam informações, mas seu trabalho não é imediatamente reconhecido como produtor de mais-valia no sentido marxista.

Entretanto, o estudo demonstra que essa leitura é insuficiente para apreender a complexidade da atividade arquivística nas sociedades contemporâneas, marcadas pela importância da informação, do conhecimento e da memória como elementos estruturantes da vida social. Assim, verifica-se a necessidade de fortalecimento da profissionalização da Arquivística, da ampliação da formação continuada e da implementação de políticas institucionais de gestão documental e preservação digital, especialmente no âmbito da EPT, de modo a mitigar a invisibilidade do trabalho arquivístico, atuando diretamente nas relações de poder que atravessam o mundo do trabalho e que impactam a organização das instituições educacionais.

Nesse sentido, buscou-se evidenciar, por meio deste artigo, que a valorização do trabalho arquivístico não deve se restringir ao reconhecimento simbólico da profissão, mas deve implicar transformações estruturais na forma como as instituições concebem, organizam e sustentam a gestão da informação e da memória. Essa valorização e reconhecimento passam necessariamente pela compreensão de sua dimensão ontocriadora e de seu potencial na construção de uma sociedade mais justa, em que se reconhece que a memória não é apenas um livro ou um museu de objetos, mas uma construção histórica e cultural.

A era digital, com seus novos desafios de preservação e organização, apenas reforça a necessidade de um arquivista com um papel ativo na gestão da informação, garantindo que a memória, em todas as suas formas, seja um recurso acessível e confiável para as gerações futuras, devendo ser reconhecido como componente estratégico no âmbito da EPT.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2016. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas reformulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, n. 2-3, p. 95-120, 2013. DOI: 10.1007/s10502-012-9180-7.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, n. 3-4, p. 213-218, 1997. DOI: 10.1023/A:1009052120863.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009. DOI: 10.1590/S1413-24782009000100014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Seventeen contradictions** and the end of capitalism. New York: Oxford University Press, 2014.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 462-476.

MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de reflexão epistemológica. São Carlos: Compacta, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Metadados de preservação e autenticidade de documentos arquivísticos digitais: notas sobre cadeia de custódia. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 52-72, 2020. DOI: 10.30749/2594-8261.v4n2p52-72.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; SILVA, Amanda Marissa Soares da. A influência da teoria pós-custodial de Terry Cook como prenúncio da socialização da Arquivística, do arquivista e dos arquivos. **Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)**, Campina Grande, PB, v. 4, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2016.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Anderson Santana de. Gestão documental como aporte para a preservação da história e da memória na era digital: estudo de caso desenvolvido no Instituto Federal Baiano. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 41, p. 497-524, 2019. DOI: 10.26694/les.v0i41.8390.